



ATA Nº 2/2024

Aos 27 dias do mês de março de 2024, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, na sequência do requerimento apresentado pela Presidente da Câmara Municipal de Espinho para discussão do seguinte assunto: **Proposta de 1.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2024 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa)**

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Gomes Novais, José Adolfo Carvalho Rocha por José Manuel Alves Novo, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho por Fernanda Maria Guedes Bastos, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Pereira e Bruno José da Silva Morais por Ana Rita Sá.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes o Sr. Vice-presidente Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas e os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto e de seguida deu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do documento

Presidente CME disse que foi necessário incorporar no orçamento o saldo de gerência anterior de cerca de 8,8 M€, um valor significativo de uma indemnização referente a inundação do arquivo municipal de 233 mil euros, os valores do PRR de cerca de 3,6M€ e valor da estratégia local de habitação de cerca de 3 M€. Que a alteração orçamental tinha o valor de cerca de 15 M€. Disse que os documentos revelavam realidades que não podia ser escamoteadas, que se prendiam com o passado mais ou menos recente do município. Que a gestão orientada para a execução de políticas públicas por parte da autarquia tinha por onde dar frutos, na verdade a incorporação de um verdadeiro saldo de gerência demonstrava que gerir com responsabilidade permitia uma diferença fundamental face ao passado, não se tratando de propagandar a disponibilidade de verbas, que, na prática, muitas vezes era dívida que não tinha sido paga no ano anterior, mas sim de disponibilizar efetivamente, capital, para no campo da despesa corrente, e mais importante, da despesa de investimento, poder fazer face às necessidades e interesses da nossa comunidade ao longo do ano de 2024 e seguintes. Que aquela capacidade de investimento não poderia ser canalizada para tudo o que gostariam de fazer, mas para corrigir erros graves, a total ausência de manutenção, por parte de anteriores executivos, do edificado público obrigaria a uma pesada fatura de reabilitação. Que os poderes eleitos, durante anos, lidaram mal com a sua obrigação de cuidar dos interesses das populações locais, com a descentralização e delegação de competências, deixaram por cumprir com muitas das suas obrigações para quem os elegera e por outro lado foram muito pouco ambiciosos na abordagem a problemas essenciais da população, como a habitação, a prestação de cuidados de saúde, o desenvolvimento local e atração do investimento. Que demonstraram e continuariam a demonstrar que era possível fazer diferente e que seria possível dar início à execução de tarefas ambiciosas, de planeamento estratégico no que tocava a habitação em 2 eixos fundamentais, o da reabilitação do edificado destinado a habitação social e apostar na reabilitação, construção e aquisição de novos fogos, cerca de 200 habitações, para colocação no mercado de arrendamento a preços acessíveis e ainda reabilitar a Nave Desportiva, o Centro Multimeios, a Piscina Solário Atlântico e o Balneário Marinho. Que seria ainda possível gerar as condições para intervir



diariamente na resolução de muitos dos problemas na estrutura viária e de mobilidade, de fornecimento de água e saneamento e de recolha de resíduos urbanos numa política publica de ação rápida e de proximidade com os problemas e sobretudo com as soluções. E ainda seria possível reabilitar uma parte substancial dos parques infantis do concelho e gerar novas centralidades de lazer e integração das crianças, jovens e mais idosos e também iniciar a reabilitação da Escola Domingos Capela, avançar com a adequação das unidades de saúde às necessidades atuais da população e das pessoas que ali trabalhavam, seria possível uma abordagem completamente nova na relação com os trabalhadores do município, além de concluir o processo de regularização das avaliações, permitindo a resolução de problemas que, em alguns casos vinham de 2019. Poderiam enriquecer o quadro de pessoal e dotar a autarquia de condições para cada vez mais, prestar mais e melhores serviços aos munícipes, com o contributo da alteração do organograma. Que o contexto em que o executivo exerceu as suas funções ao longo de 2023, não foi fácil e todos o reconheciam, porém permitiu preparar verdadeiros caminhos novos de planeamento estratégico, sólidos e consistentes, feitos como os caminhos do planeamento estratégico devem ser trilhados, começar por analisar e reconhecer os problemas, estudando soluções, passar pelas agruras da contratação pública, para desembocar no pôr em pratica as soluções ambiciosas pelas quais optaram para prosseguirem o objetivo essencial de fazer Espinho melhor. Que tinham condições evidentes para melhorar e muito ao longo dos próximos anos a vida dos munícipes, empresas e entidades. Que a alteração orçamental não criaria uma espécie de oásis e muito menos de um momento para o outro, mas que aquelas alterações eram um passo essencial para que o concelho fosse um lugar excelente para que novos e velhos, gente do mar e da terra, empresários das várias áreas, visitantes, turistas e todos os que faziam de Espinho um lugar onde valia a pena construir afetos num território que valia a pena. Que o documento apresentado era a visão estratégica que se pretendia estabelecer e focada no essencial, compreensão e prossecução dos interesses legítimos das populações locais, gestão rigorosa dos ativos financeiros possibilitadores daqueles interesses e dinamização de um espírito de colaboração participada entre todas as entidades e que de alguma forma pudessem desenvolver com o município, os trabalhos de prossecução dos interesses que cabiam proteger. Que apresentava o caminho de desenvolvimento sustentável que pretendiam construir para o futuro de Espinho e dos Espinhenses. Que tinham investimentos grandes a fazer que visavam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, a organização interna voltada para a prestação de

serviços públicos pensada no contexto de políticas públicas, o investimento na manutenção e requalificação dos equipamentos municipais e vias de comunicação e o aprofundar as relações com as juntas, a continuação do reequilíbrio financeiro. Que sabia que tinham enormes desafios e que aqueles documentos eram instrumento essencial para os poder enfrentar e saírem vencedores, sendo que Espinho merecia que saíssem vencedores.

Filipe Pinto (PSD) perguntou a que dizia respeito a rubrica referente a Limpeza e Higiene do Projeto 2024-A-17 - Higiene e Limpeza Urbana: 900 000,00 € constante na página 10 do documento; a rubrica referente a Projeto 2024-I-10 - Requalificação Urbana: 1 000 000,00 €, constante na pág. 11; e na pág. 12, a rubrica referente a Projeto 2024-A-1 - Gestão Financeira: 600 000,00 €

Abel Santos (PSD) sobre o projeto 2024-A-22 - Energia: 535 500,00 perguntou a que se referia o projeto, as intervenções nele previstas, data de início, quais seriam as metas definidas e quais os objetivos do projeto se fosse executado. Quanto à Captação e Distribuição de Água do Projeto 2024-I-6 - Espinho Ambiente - Eficiência Hídrica: 600 000,00 € perguntou a que dizia respeito, quais as intervenções a realizar, data de início, quais seriam as metas definidas e o impacto do projeto nas contas do município após implementação.

Ana Rezende (CDU) disse que não percebia a razão da convocação daquela assembleia porque a alteração aos documentos previsionais para encaixe de um saldo de gerência, podia ter sido feito em assembleias ordinárias. Que lhe causava alguma estranheza terem quase 9M€ de saldo de gerência a alocar e que tinham necessidade de alocar para acorrer aos custos energéticos, tendo depois percebido que assim não era, sendo alocado a várias rubricas. Que desde outubro de 2021, se vinha a discutir as contas do executivo e que o PS se queixava que o anterior executivo tinha deixado um rombo nas contas, surgindo agora um saldo de quase 9M€ num orçamento de 2023 a volta de 41M€. Que na sua opinião ficaram por executar cerca de 22, 5% dos documentos previsionais para 2023, o que, num município com tantas dificuldades para a população, quer na área da habitação, quer na área da saúde ou social, se permitia não executar medidas que teriam um cabimento de quase 9M€. Que o executivo devia explicar o que se estava a passar na gestão financeira do município.



Nuno Almendra (PSD) disse que na proposta de revisão orçamental tinha um valor de 3,043 milhões de euros afetos ao IHRU e perguntou se aquele valor ainda estava incluído na verba de 2023 ou se estava inserido no valor atribuído a 2024

Paulo Leite (PSD) perguntou em que não foi consumida a verba prevista em orçamento e em que é que os cidadãos espinhenses ficaram prejudicados para que tenha passado para o ano seguinte uma verba de quase 9M€

Presidente CME disse que para se pôr em prática a estratégia local de habitação tinha-se de passar pela contratação pública, tendo a estratégia sido aprovada há poucos meses, sendo que houve todo um tempo de preparação com contratação para projetos e para revisão de projetos e registos de imóveis e que naquele momento estavam a implementar a estratégia local de habitação com o início do arranque da obra. De seguida passou a palavra ao Chefe da Divisão Económico-financeira do município que esclareceu que aquela alteração orçamental retificativa decorria de acordo com o preceituado no artigo 77.º do orçamento de estado para 2024, que estipulava que se pudesse efetuar antes da aprovação da prestação de contas. Que os saldos eram a diferença entre recebimentos e pagamentos, acrescido do saldo inicial do ano anterior. Que aquele saldo visava essencialmente a cobertura de grandes obras, o reforço das receitas de capital e da estratégia local de habitação. Que paralelamente ao saldo existia um valor indemnizatório de cerca de 233 mil euros. Que havia um reforço das rubricas e dos projetos que o município pretendia levar a cabo no âmbito do PRR e da estratégia local de habitação. Que a proposta assentava na revisão de estimativas de projetos já existentes inscritos nas GOP para 2024 aprovadas em dezembro de 2023 e também das alterações ao orçamento da receita e da despesa. Que o saldo de gestão se destinava ao reforço do orçamento municipal, à cobertura das rubricas económicas referentes a consumos energéticos devido ao contínuo aumento de preços no mercado. Sobre o a alteração estratégica, disse que em termos globais 15 milhões de um saldo que se estava a incorporar era somente um terço do orçamento municipal presente. Esclareceu que o valor de 900 mil euros constante da pág.. 10 referia-se ao reforço da higiene e limpeza urbana, na pág. 11, o valor de 1 M€ referia-se à necessidade do reforço de verba para os arruamentos e na pág. 12, o valor tinha a ver com a Administração Central. Que havia também o reforço da rubrica de energia, no sentido da rede de energia elétrica mas também dos combustíveis. Disse ainda que para a eficiência hídrica estava previsto um reforço de 600 mil euros afetos à captação

e distribuição de água e à necessidade de intervenção nas redes de água de forma a reduzir significativamente as perdas de água, sendo que, sobre o estudo em que era referido que o município de Espinho tinha cerca de 30% de perdas de água, não podiam comparar um município de Espinho com uma rede bastante antiga com um município com uma rede bem mais recente, nomeadamente os municípios do interior . Quanto ao IHRU, estava orçamentado para 2024 o decorrente de candidaturas, em que algumas delas, à data da elaboração dos documentos previsionais ainda careciam de aprovação, sendo registadas naqueles documentos após a sua aprovação, pelo que os 3M€ referiam-se aquelas candidaturas. Sobre a questão do vogal Paulo Leite, disse que não podia responder, dado ter assumido funções em outubro de 2023 e que dos 8 M€, 4,7 M€ vinham ainda do saldo inicial da gerência anterior e que desde 29 de dezembro de 2023, a Divisão Financeira tinha feito pagamentos no valor de 8 953 182, 26 euros.

Filipe Pinto (PSD) disse que as questões não foram esclarecidas e voltou a colocar as questões anteriormente feitas e que queriam saber onde e para quê o dinheiro seria aplicado

Paulo Leite (PSD) agradeceu as explicações técnicas, mas disse que ninguém ficou a saber em que é que os espinhenses ficaram prejudicados, lembrando que até ali o discurso era sempre de que não havia dinheiro, nem para o IMI familiar, nem para nada e ali estavam 9M€. Perguntou se achavam normal que existisse aquele valor em saldo de gerência

Abel Santos (PSD) disse que precisavam de respostas mais objetivas, importava saber onde as verbas seriam aplicadas, monitorizar para saber se teria resultado. Disse que o estudo em relação ao desperdício da água é relativo a área metropolitana do Porto e não comparativo com os municípios do interior, sendo que Espinho estava no primeiro lugar, o que significava que estava a perder 192 m³ de água por dia e perceber de que forma o município estava a abordar aquele problema, que sabia que era de há muitos anos, com condutas antigas, para o qual houve início de investimento e que foi parado.

Numo Almendra (PSD) perguntou quais seriam os fogos onde os 3,4M€ seriam aplicados, lembrando que a estratégia local de habitação datava de julho de 2023 e aprovada em reunião de Câmara de 4 de setembro de 2023.



Ana Rezende (CDU) disse que as perguntas não foram respondidas, tendo a Presidente da CME respondido na base da estratégia local de habitação, mas perceberam que os cerca de 9M€ não seriam somente alocados para aquele efeito. Que havia questões que careciam de resposta objetiva, perguntando o que tinha acontecido, o que ficou por executar, para que tivessem um saldo de gerência transitado de cerca de 9M€ e saberem se a verba seria alocado ao que ficou por cumprir. Que não se podiam escudar em formalismos legais para, passado dois, três meses, estarem a rever documentos aprovados pela Assembleia. Que a questão que se tinha de colocar era o que tinha acontecido politicamente para que um município que estava às portas da morte financeiramente, conseguir ter um saldo transitado de gerência de cerca de 9M€, constituindo quase um quarto do orçamento municipal.

Abel Santos (PSD) disse que aquele orçamento retificava mostrava uma notória dificuldade do executivo em passar das mensagens pomposas a obras de facto. Que ao longo do mandato eram inúmeros os retrocessos e oportunidades perdidas e que o desalento nos espinhenses era notório, muito por desta apatia reinante nada acontecer, sendo que eram muito mais notícia por figurarem nos piores indicadores de desempenho e desenvolvimento, condições de vida, rede viária e muito menos por boas notícias ou ações efetivas que contribuíssem para o bem da cidade. Que não era aceitável que Espinho estivesse no primeiro lugar dos municípios da AMP que mais água desperdiçava, 192 m³ por dia, vendo-se uma total apatia também naquela matéria. Fez notar o estado em que se encontrava a rede viária no concelho e a falta de ação, o abandono do projeto da Rua 19, a não continuidade da renovação de condutas iniciado em 2019 e que era um compromisso de Miguel Reis e citou o que se encontrava num documento das GOP sobre aquele assunto. Disse que o orçamento retificativo não podia servir para propaganda política, exigia rigor, transparência e acima de tudo que fosse possível transitar no saldo de gerência uma verba daquela grandeza, perguntando o que deixou de ser feito para aquele resultado

Paulo Leite (PSD) que assistiram a uma apresentação de um orçamento retificativo com um discurso político de certa forma lírico, onde parecia que "agora é que vai ser". O verdadeiro problema era que quase um quarto do orçamento do ano anterior não tinha sido executado e o executivo não sabia em que não tinha sido executado e que era preciso ter uma descaradeza monumental para dizerem, quando tomaram posse, que havia um buraco de 7,5M€, sendo que logo naquele ano, resultou num saldo

positivo, aumentou no ano seguinte e agora estava em 9M€, perguntando à bancada do PS se não tinha vergonha naquele resultado porque não era aceitável que num ano um executivo não executasse um quarto do seu orçamento, sendo que não houve dinheiro para o IMI familiar, para apoiar as coletividades, tendo-se aumentado as taxas. Que estavam a destruir Espinho e que no próximo ano estariam a falar do mesmo, tendo o executivo feito ali meros anúncios e nada iria acontecer. Que estava indignado por não ter sido esclarecido o que tinha faltado aos espinhenses com a verba não aplicado dos 9M€ e que agora esperava que fosse bem aplicado.

Ana Rezende (CDU) disse que a CDU não tinha aprovado os documentos previsionais, nem as GOP por achar que a estratégia definida não era a que correspondia às necessidades dos espinhenses e que aquela alteração orçamental continuava a não respeitar o que considerava primordial para a resolução dos problemas efetivos da população espinhense, pelo que a CDU votaria contra. Que a área financeira era sempre uma área muito árida para todos eles, não sendo uma discussão perceptível, mas que todos entendiam que, quando faltavam apoios sociais, de saúde, habitação, educação e cultura, se percebia o que fazia falta e se percebia que não havia capacidade de resposta. Disse que não era normal que o município permanentemente se gerisse com declarações de intenções sem concretização de obra que se traduzisse em melhoria das condições de vida. Que a CDU teve a total compreensão pela forma como o executivo atual teve de acabar por assumir funções e posições e percebendo que poderia haver alguma inexperiência e falta de competência para lidar com a bomba que lhes tinha caído na cabeça, teriam de ter algum tempo para haver ajustes e para se adaptarem às novas posições, mas que já se tinha passado um ano e que se começava a perceber uma ausência de meios técnicos capazes de dar conformidade financeira legal a tudo o que era preciso fazer no município, o que era deveras preocupante.

Ana Paula Africano (PS) disse que embora reconhecesse que fizessem falta mais esclarecimentos sobre o saldo de gerência e que seria ótimo se os tivessem, mas que teriam o debate das contas em abril onde perceberiam de onde vinha. Disse que houve esclarecimentos concretos, nomeadamente quanto aos 3M€ a aplicar na área do IHRU, com um conjunto de projetos a ser submetidos e que não podiam ser registados em orçamento e como tal eram registados naquela alteração. Que também foi explicado que 4M€ vinham do saldo de gerência anterior e que pensava que o facto



da empreitada do estádio municipal ter parado também trouxe implicações no valor disponibilizado e que o restante valor poderia ser de execução do que estava planeado. Fez notar que o governo central também acabou a gestão com um saldo mais positivo do que o esperado, porque em período de inflação beneficiavam as receitas e as despesas estavam mais controladas. Que havia uma questão preocupante que eram as consequências da crise do ano passado teve em termos da capacidade técnica da Câmara, nomeadamente de implementação e execução, sendo que o impacto não foi uninominal. Sobre o reforço de verbas para outras áreas, faziam sentido, como por exemplo o reforço para higiene e limpeza

Abel Santos (PSD) pediu a palavra para um protesto, referindo que era um protesto e ao mesmo tempo um louvor à vogal Ana Paula Africano por reconhecer que eram necessários mais esclarecimentos. Que não devia haver nenhum tipo de indignação por parte do executivo porque o esclarecimento era importante até em defesa e acompanhamento dos munícipes

Nuno Almendra (PSD) disse que no documento entregue existiam 20 rubricas, que em 2023 existia um investimento previsto de 30M€ e em 2024 de 50M€, sendo que tinha perguntado e não foi respondido, onde seria aplicado o dinheiro dentro daquelas 20 rubricas

Ana Paula Africano (PS) disse que muitos dos projetos que estavam no âmbito de ação da Câmara e do próprio orçamento, tinham a ver com obras e que podia ser interessante a Câmara dizer em que ponto do processo estavam algumas daquelas obras

Presidente CME disse que se fossem ver as obras feitas pelo anterior executivo verificariam que não estavam bem, havia falta de pluviais, alcatrão a sair, caixas colapsadas na Rua 19 e que o atual executivo estava a tentar fazer obra bem feita, o que demorava imenso tempo, sendo que era preciso planeamento. Sobre a estratégia local de habitação, disse que só depois de aprovada e assinada pelo IHRU, é que podiam iniciar a submissão de candidaturas, tendo acontecido em 22/12/2023. Que a próxima intervenção seria no complexo de Paramos e que estavam a submeter a candidatura para o Bairro de Silvalde, sendo que no dia de hoje, tinham submetido duas vivendas na Ponte de Anta e que até ao dia 31 do mês em curso, seriam submetidas candidaturas para fogos novos no bairro de Silvalde, intervenção no Bairro

da Ponte de Anta, e que foi feito acordo com o IHRU para a construção de mais 3 blocos. Que para os projetos de arquitetura e revisão dos projetos de arquitetura tinham de utilizar verbas do município, podendo haver posteriormente participação do IHRU, o mesmo acontecia com a Escola Domingos Capela. Disse que na Educação foram investidos cerca de 400 mil euros em projetos de educação para alunos com necessidade educativas, promover o sucesso de alunos, alunos que precisam de outro acompanhamento. Disse que a UNIR Ihes tinha trazido um problema que ficou caro ao município, explicando que o anterior executivo, quando mandou construir os Centros Escolares deu aos alunos um passe de transporte com a anterior transportadora dado que as escolas ficaram deslocalizadas das zonas de residência, mas, atualmente, não podiam por crianças pequenas nos transportes da UNIR que servia todo o tipo de população, levando a que o município passasse a assumir o transporte daquelas crianças, o que trouxe uma despesa acrescida, para além do transporte para crianças com outras dificuldades. Que o município contratou todas a alimentação daquelas crianças nas escolas. Sobre o quadro técnico, disse que tinham encontrado uma Câmara onde existiam alguns engenheiros, sendo que o quadro era bom mas pequeno, depauperado e envelhecido, sendo intenção da Câmara fazer abertura de concurso para engenheiros. Que um trabalho bem feito demorava tempo, os prazos tinham de ser cumpridos e, como tal, a partir de agora apareceria, sendo que teriam naquele e no próximo ano muita obra na rua. Que o Centro da Saúde da Marinha ia ser feito, com certeza, mas que não podiam encurtar prazos, que naquele momento tinham em curso a envolvente da Vila Manuela, que tinham a obra dos passadiços e a Rosa Rua do Moinho, mas que não conseguiram avançar por causa do mau tempo. Que de certeza que iriam ver obra a ser feita.

Votação: aprovado por maioria com 14 votos a favor e 11 votos contra

Declarações de voto:

Paulo Leite (PSD): *"O PSD vota contra na medida em que não obstante esta última tentativa de explicação que acrescentou algumas coisas, não explicou onde faltavam aqueles 9M€. Não sabemos de onde é que eles vêm, temos dúvidas para onde vão e consideramos que este saldo de gerência, que tem vindo a aumentar exponencialmente de ano para ano, tem origem na incapacidade da execução orçamental deste executivo e sendo certo de que até esta data desde que tomaram posse, isto tem sido uma situação que é repetitiva e portanto a execução do programa*



do PS tem sido praticamente nula, todas estes anúncios, espero francamente que se concretizem, mas não vejo como. Não houve explicações cabais. Quero deixar uma nota pela capacidade que teve a vogal do PS de reconhecer que algumas explicações não foram dadas e de tentar procurar arranjar algumas explicações e até mesmo de pedir ajuda e não as ter tido. Não há forma do PSD votar favoravelmente este documento, não nos resta outra alternativa do que votar contra, explicado por todas estas situações, o que pela nossa parte é lamentável.”

Teixeira Lopes (PS) *“Acabamos de assistir nesta sessão a uma espécie de folhetim, de tragédia, podemos pensar também que houve momentos de comédia e outros momentos entediantes. Fiquei extraordinariamente satisfeito com algumas das alocações e expressões utilizadas. Esta declaração de voto tem por missão lavar a honra do PS. Gostaria de saudar a Câmara pela explicação que deu acerca das dúvidas colocadas pela oposição e a câmara não quis adiantar ainda mais intenções daquilo que vai com certeza concretizar, como as novas habitações para jovens. Houve planeamento, foram invocadas questões de tempo, atrasos diversos como falta de operacionalidade. Que a pressa era má conselheira e a pressa do PSD verifica-se com a obra inacabada com que dotou Espinho em relação ao final das obras da Rua 20 e outras obras que ficaram por concretizar e é isso que explica atrasos, dificuldades, incompreensões. Face a disponibilidade que a Câmara mostra, á vontade política que tem de executar e por aquilo que a Sra. Presidente acabou de dizer, o PS votou a favor”*

A vogal do BE disse que apresentaria declaração de voto por escrito, sendo a mesma do seguinte teor: *“Votamos contra a “Proposta de 1.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2024 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa)”, dado que a não realização de investimentos previstos no orçamento do ano anterior resulta em saldo de gerência. Ainda assim reconhecemos e assinalamos como positivo para o município a transferência de verbas para a Estratégia Local de Habitação para o município, que permitirá que nos próximos anos haja maior oferta de habitação municipal para os cidadãos, sendo que a área da habitação pública tem sido negligenciada no concelho de Espinho há mais de 15 anos.”*

Minuta de deliberação: *“Proposta de 1.ª Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais 2024 (Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita*

e da Despesa): A Assembleia Municipal de Espinho, no exercício da sua competência fixada na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), reunida extraordinariamente a requerimento da Presidente da Câmara Municipal de Espinho de 8/03/2024, deliberou aprovar a primeira alteração orçamental modificativa aos documentos previsionais 2024, mais precisamente das Grandes Opções do Plano e no Orçamento da Receita e da Despesa, com vista à incorporação do saldo da gerência da execução orçamental de 2023 no orçamento para o ano em curso, nos termos do previsto no artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, de acordo com a proposta aprovada pelo órgão executivo em sua reunião de 4/03/2024. A decisão foi tomada por maioria, com 14 votos a favor e 11 votos contra. A presente minuta, aprovada pelo plenário, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.”

A Presidente da AM deu a reunião por encerrada. A deliberação tomada na presente reunião foi aprovada em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
